



Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

CNPJ/MF nº 61.082.962/0001-21

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em obediência às disposições estatutárias e às determinações legais que regem o funcionamento das sociedades por ações, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31.12.2016, acompanhado das Notas Explicativas. **Resultado do Exercício:** Do lucro do exercício de R\$ 66.476.607,84, após a constituição da reserva legal de R\$ 16.884,45 e a reversão de reserva de reavaliação em empresas controladas de R\$ 926.356,33, apurou-se um lucro final de R\$ 67.386.079,72. O dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 16.846.519,93. Tendo em vista que a companhia durante o exercício de 2016 distribuiu a importância de R\$ 3.000.000,00 a título de dividendos antecipados por conta do lucro do exercício, destacou-se a importância de R\$ 13.846.519,93 a título de dividendo complementar ao mínimo obrigatório. O saldo remanescente de lucros acumulados de R\$ 50.539.559,79 foram destinados para a reserva de lucros/reserva estatutária operacional. Os ajustes negativos decorrentes da adoção das mudanças dos CPC's 27 e 29 no montante de R\$ 34.033.644,76 e a variação negativa entre o laudo da cisão

dos ativos da pecuária e a data da assembleia no montante de R\$ 277.166,79, foram absorvidos pela reserva de lucros/reserva estatutária operacional. A Administração propõe aumentar o capital social em R\$ 19.095.186,71, por meio da capitalização de parte da reserva de lucros/reserva estatutária operacional, em atendimento ao quanto previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 22, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia. Todos os assuntos relacionados ao balanço, demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, demonstrações financeiras estas, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, serão discutidos na próxima Assembleia Geral dos Acionistas. **Agradecimentos:** Ao término de mais um ano, agradecemos aos nossos funcionários pela dedicação e aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança depositada na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

São Paulo, 30 de janeiro de 2017

Diretoria

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora			Passivo Circulante	Nota	Consolidado			Controladora			
		2016	2015	2014	2016	2015	2014			2016	2015	2014	2016	2015	2014	
Circulante																
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.041	92.637	33.749	16.309	38.768	1.637	Fornecedores	18	39.875	35.351	32.887	13.899	13.691	14.137	
Aplicações financeiras	6	6.548	1.451	-	1.476	1.451	-	Empréstimos e financiamentos	19	229.886	85.017	58.266	200.040	58.059	39.095	
Contas a receber de clientes	7	6.925	9.237	8.008	5.788	9.032	11.411	Financiamentos - Cooperativa	20	34.941	29.940	22.301	-	-	-	
Contas-correntes - Cooperativa	8	23.141	18.783	16.420	-	-	-	Adiantamento de clientes	22	34	26	111	70.732	56.670	111	
Estoques	9	62.188	34.974	49.336	6.910	7.935	6.024	Passivos fiscais parcelados		231	155	317	231	155	145	
Ativo biológico	10	62.497	63.107	61.200	43.147	47.415	48.903	Passivos fiscais		7.822	3.541	3.636	406	913	1.792	
Impostos a recuperar	11	24.682	20.518	22.673	16.518	14.075	11.445	Salários e encargos sociais		17.419	17.733	15.482	6.384	7.049	6.008	
Adiantamento a fornecedores		2.472	3.374	2.471	35	31	-	Dividendos a pagar	24	14.242	7.224	9.333	14.238	7.223	9.332	
Outros créditos	12	6.996	2.996	2.865	19.067	7.409	9.364	Outras obrigações		2.116	1.588	960	631	367	145	
Total do ativo circulante		216.490	247.077	196.722	109.250	126.116	88.784	Total do passivo circulante		346.566	180.575	143.293	306.561	144.127	70.765	
Não circulante								Não circulante								
Realizável a longo prazo								Fornecedores	18	13	-	-	-	-	-	
Aplicações financeiras	6	7.286	6.391	1.216	7.286	6.391	1.216	Empréstimos e financiamentos	19	98.361	276.636	263.980	64.422	221.142	235.514	
Contas a receber de clientes	7	4.014	1.829	6.431	2.280	1.557	5.820	Financiamentos - Cooperativa	20	9.381	9.435	9.181	-	-	-	
Estoques	9	31.537	23.753	18.788	15.243	16.322	13.632	Outras obrigações		7.407	2.660	2.270	-	114	-	
Depósitos judiciais	21	1.890	1.861	2.077	1.807	1.777	1.994	Passivos fiscais parcelados		1.190	1.018	1.559	1.190	1.018	1.059	
Contrato - mútuos	22	-	29.046	25.236	-	29.046	63.337	Provisão para contingências	21	3.465	2.309	2.250	2.943	1.919	2.010	
Impostos a recuperar	11	2.612	3.517	4.593	351	203	460	Impostos a recolher		2.158	-	48	-	-	-	
Outros créditos	12	46.479	79	856	61	60	74	Passivo fiscal diferido	13	47.401	20.931	22.415	4.022	-	8.245	
Ativo fiscal diferido	13	-	-	-	-	1.779	-	Total do passivo não circulante		169.376	312.989	301.703	72.577	224.193	246.828	
Total do realizável a longo prazo		93.818	66.476	59.197	27.028	57.135	86.533	Patrimônio líquido	24							
Investimentos	14	-	-	-	338.285	294.004	239.563	Capital social		103.905	140.000	115.000	103.905	140.000	115.000	
Outros investimentos	15	10.880	7.596	7.593	137	135	134	Reserva de reavaliação		4.767	5.693	6.211	4.767	5.693	6.211	
Propriedade para investimentos	16	13.813	-	-	13.813	-	-	Reservas de lucros		119.593	104.840	115.250	119.593	104.840	115.250	
Ativo biológico	10	-	15.694	15.371	-	15.694	15.370	Ajuste de avaliação patrimonial		(4.109)	(1.771)	(1.533)	(4.109)	(1.771)	(1.533)	
Imobilizado	17	405.172	405.546	401.057	114.781	123.998	122.137	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		224.156	248.762	234.928	224.156	248.762	234.928	
Total do ativo não circulante		523.683	495.312	483.218	494.044	490.966	463.737	Participações de não controladores		75	63	16	-	-	-	
Total do ativo		740.173	742.389	679.940	603.294	617.082	552.521	Total do patrimônio líquido		224.231	248.825	234.944	224.156	248.762	234.928	
								Total do passivo		515.942	493.564	444.996	379.138	368.320	317.593	
								Total do passivo e patrimônio líquido		740.173	742.389	679.940	603.294	617.082	552.521	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	26	465.253	443.923	161.601	113.848
Mudança de valor justo de ativo biológico	10	4.889	(2.345)	4.080	(3.400)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	(306.351)	(314.502)	(102.938)	(90.234)
Lucro bruto		163.791	127.076	62.743	20.214
Outros resultados operacionais	27	18.718	6.182	15.228	1.571
Administrativas e gerais	28	(51.543)	(41.974)	(17.589)	(16.777)
Despesas com vendas	28	(1.140)	(3.074)	(406)	(202)
Resultado da equivalência patrimonial	14	-	-	65.348	47.463
Dividendos recebidos		4	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		129.830	88.210	125.324	52.269
Receitas financeiras		56.185	18.873	4.360	7.970
Despesas financeiras		(69.913)	(67.131)	(53.114)	(44.489)
Financeiras líquidas	29	(13.728)	(48.258)	(48.754)	(36.519)
Resultado antes dos impostos		116.102	39.952	76.570	15.750
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(18.953)	(15.676)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(30.654)	1.553	(10.093)	10.066
		(49.607)	(14.123)	(10.093)	10.066
Lucro líquido do exercício		66.495	25.829	66.477	25.816
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		66.477	25.816	66.477	25.816
Acionistas não controladores		18	13	-	-
Lucro líquido do exercício		66.495	25.829	66.477	25.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício		66.495	25.829	66.477	25.816
Outros resultados abrangentes					
Ajuste a valor justo de investimento em controlada		-	-	(2.338)	(238)
Resultado abrangente total		66.495	25.829	64.139	25.578
Resultado abrangente atribuível para:					
Acionistas controladores		66.477	25.816	64.139	25.578
Acionistas não controladores		18	13	-	-
Resultado abrangente total		66.495	25.829	64.139	25.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Lucros Legal	Lucros a realizar	Estatutária operacional	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2015	115.000	6.211	18.763	6.428	109.889	-	(1.533)	254.758	16	254.774
Impacto da adoção das modificações do CPC 27 e CPC 29	-	-	-	-	(19.830)	-	-	(19.830)	-	(19.830)
Saldos em 01 de janeiro de 2015 - reapresentados	115.000	6.211	18.763	6.428	90.059	-	(1.533)	234.928	16	234.944
Aumento de capital	25.000	-	-	-	(25.000)	-	-	-	-	-
Participação dos administradores no lucro	-	-	-	-	(2.110)	-	-	(2.110)	-	(2.110)
Realização da reserva de reavaliação	-	(518)	-	-	-	518	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de investimento em controlada	-	-	-	-	-	-	(238)	(238)	34	(204)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	25.816	-	25.816	13	25.829
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reserva legal	-	-	2.001	-	-	(2.001)	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	(2.500)	-	(2.500)	-	(2.500)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(7.134)	-	(7.134)	-	(7.134)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	14.699	(14.699)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015 - reapresentado	140.000	5.693	20.764	6.428	77.648	-	(1.771)	248.762	63	248.825
Cisão parcial da Companhia conforme AGE de 28/12/2016	(36.095)	-	-	-	-	-	-	(36.095)	-	(36.095)
Valor da diferença entre o laudo de cisão e a data da cisão	-	-	-	-	-	(277)	-	(277)	-	(277)
Participação dos administradores no lucro	-	-	-	-	(2.525)	-	-	(2.525)	-	(2.525)
Realização da reserva de reavaliação	-	(926)	-	-	-	926	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de investimento em controlada	-	-	-	-	-	-	(2.338)	(2.338)	(6)	(2.344)
Distribuição de dividendos por conta de reservas de lucros	-	-	-	(6.428)	(26.573)	-	-	(33.001)	-	(33.001)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	66.477	-	66.477	18	66.495
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reserva legal	-	-	17	-	-	(17)	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de Reais)			
de uma nova operação de longo prazo no montante de R\$ 190.000 visando ao alongamento da dívida e a redução da taxa de juros, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19. Cisão parcial de bens: Durante o mês de dezembro de 2016, os acionistas da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, mediante Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a Cisão parcial da Companhia dos ativos da pecuária com versão da parcela do patrimônio líquido para a CMNP Pecuária S.A., conforme laudo de avaliação emitido em 22 de dezembro de 2016 por empresa especializada. A Cisão tem como objetivo a especialização das atividades exercidas pela Companhia e pela Nova Sociedade denominada CMNP Pecuária S.A., com ganhos de eficiência, o fortalecimento das bases de sustentação de seus respectivos negócios, através do crescimento de suas atividades com a valorização de suas respectivas marcas e o fortalecimento dos seus desempenhos financeiros, alcançando maiores níveis de competitividade e produtividade, gerando aos acionistas maior rentabilidade sobre o patrimônio. Os saldos das contas credoras e devedoras e o acervo líquido contábil cindidos pela Companhia apresentam-se como segue:			
	Laudo cisão	Variação laudo	Valor cindido
Caixa e equivalentes de caixa	995	124	1.119
Contas a receber de clientes	93	(93)	-
Estoques	2.011	(102)	1.909
Ativo biológico	14.941	453	15.394
Impostos a recuperar	414	(12)	402
Outros créditos	75	(72)	3
Ativo biológico	16.204	(729)	15.475
Imobilizado	9.080	185	9.265
Fornecedores	(927)	213	(714)
Adiantamento de clientes	(2.099)	232	(1.867)
Salários e encargos sociais	(191)	72	(119)
Impostos a recolher	(51)	(46)	(97)
Outras contas a pagar	(8)	(13)	(21)
Fornecedores	(83)	-	(83)
Passivo fiscal diferido	(4.359)	65	(4.294)
Acervo líquido	(36.095)	(277)	(36.372)
A variação do laudo no montante de R\$ 277 refere-se a movimentações ocorridas nas atividades pecuárias durante o mês de dezembro de 2016. Destilarias Melhoramentos S.A.: A controlada Destilarias Melhoramentos S.A. tem como objeto principal a industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização de etanol, comercializado através da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Companhia Melhoramentos Nova Londrina: A controlada Companhia Melhoramentos Nova Londrina tem como objetivo principal a produção e comercialização de cana-de-açúcar a preços praticados em conformidade com o Regulamento do Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado do Paraná, aprovado pelo Consecana - PR, para a parte relacionada Destilarias Melhoramentos S.A., que tem como objetivo principal a industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização de etanol, comercializados através da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Em assembleia geral extraordinária a ser realizada até 31 de janeiro de 2017, os acionistas irão deliberar sobre a proposta de incorporação da Controlada pela Companhia. CMNP Imobiliária Ltda.: A controlada CMNP Imobiliária Ltda. tem como objeto a compra e venda, a permuta e quaisquer outras formas de aquisição e alienação de bens imóveis, inclusive doação, a administração de bens próprios e a promoção de loteamentos e incorporações imobiliárias sobre imóveis próprios. 2. Entidades do Grupo: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e seguintes controladas:			
	País de domicílio	Percentual de participação (*)	
		2016	2015
Controladas			
Destilarias Melhoramentos S.A. (*)	Brasil	99,97	99,97
Companhia Melhoramentos Nova Londrina	Brasil	99,99	99,99
CMNP Imobiliária Ltda.	Brasil	99,97	99,73
(*) Considerando a participação direta e indireta.			
3. Base de preparação: a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela administração da Companhia em 30 de janeiro de 2017. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado; e • Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 13 - Ativos e passivos fiscais diferidos; e • Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 17 - Vida útil do ativo imobilizado; • Nota explicativa nº 21 - Provisão para contingências; e • Nota explicativa nº 10 - Ativo biológico. 3.1 Reapresentação de valores correspondentes: 3.1.7 Mudanças nas políticas contábeis devido a adoção de modificações nas normas contábeis: A Companhia e sua controlada adotaram a partir de 1º de janeiro de 2016 as modificações às normas IAS 16 - Imobilizado (CPC 27) e IAS 41 - Agricultura (CPC 29). Com as modificações, os ativos biológicos para produção (<i>bearer biological assets</i>), no caso da Companhia, soqueiras de cana-de-açúcar, não mais fazem parte do escopo do IAS 41 e devem ser contabilizadas de acordo com o IAS 16, ou seja, custo menos exaustão acumulada e eventual perda por <i>impairment</i> . O ativo biológico consumível, no caso da Companhia, cana-de-açúcar em pé, até que sejam colhidos, devem ser mensurados ao valor justo e continuam no escopo do IAS 41. A data de transição das referidas normas foi 1º de janeiro de 2014, início do período comparativo mais antigo das demonstrações financeiras, já que a Companhia apresenta 3 anos de resultados em suas demonstrações financeiras anuais. A Companhia optou por adotar o custo atribuído para o ativo imobilizado na data de transição. Os impactos no balanço patrimonial da Companhia em 1º de janeiro de 2016, assim como na demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são como segue:			
Consolidado	Conforme divulgado anteriormente	Ajustes aplicação CPC 27 e 29	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	92.637	-	92.637
Aplicações financeiras	1.451	-	1.451
Contas a receber de clientes	9.237	-	9.237
Contas-correntes - Cooperativa	18.783	-	18.783
Estoques	34.974	-	34.974
Ativo biológico	14.159	48.948	63.107
Impostos a recuperar	20.518	-	20.518
Adiantamento a fornecedores	3.374	-	3.374
Outros créditos	2.996	-	2.996
Total do ativo circulante	198.129	48.948	247.077
Aplicações financeiras	6.391	-	6.391
Contas a receber de clientes	1.829	-	1.829
Estoques	23.753	-	23.753
Depósitos judiciais	1.861	-	1.861
Contrato - mútuos	29.046	-	29.046
Impostos a recuperar	3.517	-	3.517
Outros créditos	79	-	79
Outros investimentos	7.596	-	7.596
Ativo biológico	262.641	(246.947)	15.694
Imobilizado	259.115	146.431	405.546
Total do ativo não circulante	595.828	(100.516)	495.312
Total do ativo	793.957	(51.568)	742.389
	Conforme divulgado anteriormente	Ajustes aplicação CPC 27 e 29	Reapresentado
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	35.351	-	35.351
Empréstimos e financiamentos	85.017	-	85.017
Financiamentos - Cooperativa	29.940	-	29.940
Adiantamento de clientes	26	-	26
Passivos fiscais parcelados	155	-	155
Passivos fiscais	3.541	-	3.541
Salários e encargos sociais	17.733	-	17.733
Dividendos a pagar	7.224	-	7.224
Outras obrigações	1.588	-	1.588
Total do passivo circulante	180.575	-	180.575
Empréstimos e financiamentos	276.636	-	276.636
Financiamentos - Cooperativa	9.435	-	9.435
Outras obrigações	2.660	-	2.660
Passivos fiscais parcelados	1.018	-	1.018
Provisão para contingências	2.309	-	2.309
Passivo fiscal diferido	38.466	(17.535)	20.931
Total do passivo não circulante	330.524	(17.535)	312.989
Conforme divulgado anteriormente	Ajustes aplicação CPC 27 e 29	Reapresentado	
Conforme divulgado anteriormente	Ajustes aplicação CPC 27 e 29	Reapresentado	
Patrimônio líquido			
Capital social	140.000	-	140.000
Reserva de reavaliação	5.693	-	5.693
Reservas de lucros	138.874	(34.034)	104.840
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.771)	-	(1.771)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	282.796	(34.034)	248.762
Participações de não controladores	62	1	63
Total do patrimônio líquido	282.858	(34.033)	248.825
Total do passivo	511.099	(17.535)	493.564
Total do passivo e patrimônio líquido	793.957	(51.568)	742.389
Conforme divulgado anteriormente	Ajustes aplicação CPC 27 e 29	Reapresentado	
Resultado			
Receita operacional líquida	443.923	-	443.923
Mudança de valor justo de ativo biológico	19.176	(21.521)	(2.345)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(314.502)	-	(314.502)
Lucro bruto	148.597	(21.521)	127.076
Outros resultados operacionais	6.182	-	6.182
Administrativas e gerais	(41.974)	-	(41.974)
Despesas com vendas	(3.074)	-	(3.074)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	109.731	(21.521)	88.210
Receitas financeiras	18.873	-	18.873
Despesas financeiras	(67.131)	-	(67.131)
Financeiras líquidas	(48.258)	-	(48.258)
Resultado antes dos impostos	61.473	(21.521)	39.952
Imposto de renda e contribuição social correntes	(15.676)	-	(15.676)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.764)	7.317	1.553
	(21.440)	7.317	(14.123)
Lucro líquido do exercício	40.033	(14.204)	25.829
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores	40.020	(14.204)	25.816
Acionistas não controladores	13	-	13
Lucro líquido do exercício	40.033	(14.204)	25.829
Controladora	Conforme divulgado anteriormente	Ajustes aplicação CPC 27 e 29	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	38.768	-	38.768
Aplicações financeiras	1.451	-	1.451
Contas a receber de clientes	9.032	-	9.032
Estoques	7.935	-	7.935
Ativo biológico	14.159	33.256	47.415
Impostos a recuperar	14.075	-	14.075
Adiantamento a fornecedores	31	-	31
Outros créditos	7.409	-	7.409
Total do ativo circulante	92.860	33.256	126.116
Aplicações financeiras	6.391	-	6.391
Contas a receber de clientes	1.557	-	1.557
Estoques	16.322	-	16.322
Depósitos judiciais	1.777	-	1.777
Contrato - mútuos	29.046	-	29.046
Impostos a recuperar	203	-	203
Outros créditos	60	-	60
Ativo fiscal diferido	-	1.779	1.779
Investimentos	297.390	(3.386)	294.004
Outros investimentos	135	-	135
Ativo biológico	183.570	(167.876)	15.694
Imobilizado	35.817	88.181	123.998
Total do ativo não circulante	572.268	(81.302)	490.966
Total do ativo	665.128	(48.046)	617.082
Conforme divulgado anteriormente	Ajustes aplicação CPC 27 e 29	Reapresentado	
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13.691	-	13.691
Empréstimos e financiamentos	58.059	-	58.059
Adiantamento de clientes	56.670	-	56.670
Passivos fiscais parcelados	155	-	155
Passivos fiscais	913	-	913
Salários e encargos sociais	7.049	-	7.049
Dividendos a pagar	7.223	-	7.223
Outras obrigações	367	-	367
Total do passivo circulante	144.127	-	144.127
Empréstimos e financiamentos	221.142	-	221.142
Outras obrigações	114	-	114
Passivos fiscais parcelados	1.018	-	1.018
Provisão para contingências	1.919	-	1.919
Passivo fiscal diferido	14.012	(14.012)	-
Total do passivo não circulante	238.205	(14.012)	224.193
Patrimônio líquido			
Capital social	140.000	-	140.000
Reserva de reavaliação	5.693	-	5.693
Reservas de lucros	138.874	(34.034)	104.840
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.771)	-	(1.771)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	282.796	(34.034)	248.762
Total do patrimônio líquido	282.796	(34.034)	248.762
Total do passivo	382.332	(14.012)	368.320
Total do passivo e patrimônio líquido	665.128	(48.046)	617.082
Conforme divulgado anteriormente	Ajustes aplicação CPC 27 e 29	Reapresentado	
Resultado			
Receita operacional líquida	113.848	-	113.848
Mudança de valor justo de ativo biológico	13.970	(17.370)	(3.400)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(90.234)	-	(90.234)
Lucro bruto	37.584	(17.370)	20.214
Outros resultados operacionais	1.571	-	1.571
Administrativas e gerais	(16.777)	-	(16.777)
Despesas com vendas	(202)	-	(202)
Resultado da equivalência patrimonial	50.203	(2.740)	47.463
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	72.379	(20.110)	52.269
Receitas financeiras	7.970	-	7.970
Despesas financeiras	(44.489)	-	(44.489)
Financeiras líquidas	(36.519)	-	(36.519)
Resultado antes dos impostos	35.860	(20.110)	15.750
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.160	5.906	10.066
	4.160	5.906	10.066
Lucro líquido do exercício	40.020	(14.204)	25.816
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores	40.020	(14.204)	25.816
Lucro líquido do exercício	40.020	(14.204)	25.816
O impacto na demonstração do resultado abrangente se restringe ao efeito líquido do resultado do exercício demonstrado acima. Os impactos na demonstração do fluxo de caixa se restringem à reclassificação entre linhas dentro das atividades operacionais, sem contudo, afetar os subtotais de atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. 4. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e suas controladas, Companhia Melhoramentos Nova Londrina, Destilarias Melhoramentos S.A. e CMNP Imobiliária Ltda. a. Base de consolidação: (i) Controladas: As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. (ii) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre as companhias e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora nas companhias investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento: A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumento de dívida inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia			

continua →

—☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de Reais)

nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Instrumentos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotado em mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido devem ser medidos pelo custo. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, sujeitos a riscos imateriais de mudança de valor e que são utilizados pela administração para passivos de curto prazo. **(ii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia reconhece seus passivos inicialmente na data em que são originados. A Companhia baixa um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. **c. Capital social - Controladora:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais para o período corrente são as seguintes:

	Média ponderada	Controladora
Equipamentos agrícolas e pastoris	10,73%	10,66%
Construções e instalações	3,20%	4,17%
Equipamentos de escritório	15,27%	15,20%
Equipamentos de transporte	15,98%	15,90%
Equipamentos técnicos	5,16%	-
Lavoura de cana	16,67%	16,67%
Culturas permanentes	9,19%	9,19%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. No exercício de 2016, não houve alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado. **e. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. **f. Arrendamentos: (i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento:** No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia e suas controladas separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia e suas controladas concluem, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental a Companhia. **(ii) Ativos arrendados:** Arrendamentos de ativos imobilizados que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. **(iii) Pagamento de arrendamentos:** Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **g. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazer-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Os imóveis a comercializar são avaliados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos das despesas com vendas. A controlada Destilarias Melhoramentos S.A., realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como manutenção industrial e amortizados durante a safra seguinte. **h. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos disponíveis para venda:** Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras. Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (*debt security*) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um exercício subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social

diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. **i. Investimentos:** Investimentos em controladas são contabilizados utilizando-se o método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição e ao seu valor justo, quando possível. **j. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte. **k. Benefícios a empregados: (i) Plano de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições e o plano de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **(ii) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **l. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **m. Receita operacional: Venda de produtos:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. As receitas de vendas de etanol reconhecidas nos resultados da controlada Destilarias Melhoramentos S.A., são reconhecidas no resultado do exercício baseado na participação, determinada de acordo com a produção do Grupo em relação às outras cooperadas, em conformidade com as definições contábeis do Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986, que refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil. **n. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidas de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **o. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido, para a Controladora e suas controladas, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, 100% do lucro tributável anual para as atividades rurais e 30% do lucro tributável anual para as demais atividades. Para a Controlada CMNP Imobiliária Ltda., o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Imposto de renda - Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240. Contribuição social - Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revistos a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **p. Aspectos ambientais:** As instalações da Companhia e suas controladas estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada em suas atuais leis e regulamentos em vigor. **q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adota essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **Iniciativa de divulgação (Alterações ao CPC 26/IAS 7):** As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo. **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação a (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras. **Venda de produtos:** De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Para certos contratos que permitem ao cliente devolver os produtos/bens, a receita é atualmente reconhecida quando uma estimativa razoável das devoluções possa ser feita, desde que todos os outros critérios para reconhecimento de receita sejam atendidos. Se não for possível fazer uma estimativa razoável, o reconhecimento da receita é diferido até que o período de devolução expire ou até que uma estimativa razoável das devoluções possa ser feita. De acordo com a IFRS 15, a receita para esses contratos será reconhecida à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Consequentemente, para os contratos em que a Companhia não for capaz de fazer uma estimativa razoável das devoluções, espera-se que receitas sejam reconhecidas antes do período de devolução expirar ou de que seja possível realizar uma estimativa razoável. Um passivo de reembolso e um ativo para recuperação serão reconhecidos para esses contratos e serão apresentados separadamente no balanço patrimonial. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRSs. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRSs não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. • Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor

continua—☆

—☆—continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de Reais)

justo é determinado para fins de divulgação. • Ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado. • Imobilizado: o valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. • Propriedade para investimentos: O valor justo são baseados na abordagem de mercado, inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. • Empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e depósitos bancários	248	248	125	152
Aplicações financeiras	20.793	92.389	16.184	38.616
	<u>21.041</u>	<u>92.637</u>	<u>16.309</u>	<u>38.768</u>

As aplicações financeiras são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósito Bancários, Compromissadas e Fundos de Investimentos, remunerados à taxa média de 96,55% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na Nota Explicativa nº 25.

Aplicações financeiras:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações financeiras - circulante	6.548	1.451	1.476	1.451
Aplicações financeiras - não circulante	7.286	6.391	7.286	6.391
	<u>13.834</u>	<u>7.842</u>	<u>8.762</u>	<u>7.842</u>

As aplicações financeiras de curto e longo prazo, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e estão garantindo contrato de Capital de Giro em nome da Companhia e Carta de Fiança da controlada Destilarias Melhoramentos S.A.

7. Contas a receber de clientes:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber - partes relacionadas - nota 22	-	-	4	289
Contas a receber de clientes no país	10.939	11.066	8.064	10.300
	<u>10.939</u>	<u>11.066</u>	<u>8.068</u>	<u>10.589</u>
Circulante	6.925	9.237	5.788	9.032
Não circulante	4.014	1.829	2.280	1.557
	<u>10.939</u>	<u>11.066</u>	<u>8.068</u>	<u>10.589</u>

8. Contas-correntes - Cooperativa: Correspondem aos direitos a receber por comercialização junto à Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo.

9. Estoques:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Produtos acabados	35.433	13.921	-	-
Imóveis a comercializar	31.537	23.753	-	-
Manutenção industrial	6.597	1.745	-	-
Almoxarifado	18.902	18.379	-	-
Outros	1.256	929	-	-
	<u>93.725</u>	<u>58.727</u>	-	-
Circulante	62.188	34.974	-	-
Não circulante	31.537	23.753	-	-
	<u>93.725</u>	<u>58.727</u>	-	-

	Controladora		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Imóveis a comercializar	15.243	16.322	-	-
Almoxarifado	5.856	7.012	-	-
Outros	1.054	923	-	-
	<u>22.153</u>	<u>24.257</u>	-	-
Circulante	6.910	7.935	-	-
Não circulante	15.243	16.322	-	-
	<u>22.153</u>	<u>24.257</u>	-	-

Os produtos acabados referem-se substancialmente a etanol e estão à disposição da Cooperativa para comercialização. Os estoques no ativo não circulante referem-se substancialmente a imóveis da Companhia e de sua controlada destinados à venda. A conta de manutenção industrial inclui gastos incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte. A Companhia cedeu em garantia lotes rurais que encontram-se contabilizados na rubrica imóveis a comercializar, para suas operações de Capital de Giro, Custeio Agrícola e FINAME o valor de R\$ 34.262 (R\$ 46.838 em 2015) e o saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 32.435 (R\$ 48.931 em 2015), e nas operações de FINAME da controlada Companhia Melhoramentos Nova Londrina, contratadas em 2016, o valor de R\$ 3.337 e o saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 2.717. **10. Ativo biológico:** A Companhia e sua controlada Companhia Melhoramentos Nova Londrina adotaram o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, atendendo, assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde os seus ativos biológicos ("cana-de-açúcar e pecuária") passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência. **a. Cana-de-açúcar: (i) Principais premissas utilizadas para atribuição do valor justo aos ativos biológicos:** Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia e sua controlada reconhecem seus ativos biológicos a valor justo onde a lavoura de cana-de-açúcar e a pecuária são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda de ativo menos os impostos e custos necessários para colocação do produto em consumo ou venda. As metodologias utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondem à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade da lavoura de cana-de-açúcar e a pecuária, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos.

(ii) Apresentação:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativos biológicos	62.497	78.801	43.147	63.109
Parcelas a curto prazo classificadas no circulante	(62.497)	(63.107)	(43.147)	(47.415)
Total do ativo não circulante	-	15.694	-	15.694

A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

	Consolidado					
	Circulante			Não Circulante		
	Agrícola	Rebanho	Total	Agrícola	Rebanho	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2015 - Reapresentado	43.391	17.809	61.200	-	15.370	15.370
Aumento/Redução devido a tratos	34.871	(2.802)	32.069	-	1.453	1.453
Diminuição devido a vendas	-	-	-	-	(327)	(327)
Redução devido mortes	-	-	-	-	(18)	(18)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(1.682)	(848)	(2.530)	-	185	185
Amortizações e depreciações do exercício	(27.632)	-	(27.632)	-	(969)	(969)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 - Reapresentado	48.948	14.159	63.107	-	15.694	15.694
Saldo em 01 de janeiro de 2016 - Reapresentado	48.948	14.159	63.107	-	15.694	15.694
Aumento/Redução devido a tratos	49.111	1.735	50.846	-	767	767
Diminuição devido a vendas	-	-	-	-	(191)	(191)
Redução devido mortes	-	-	-	-	(10)	(10)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	8.632	(550)	8.082	-	(3.193)	(3.193)
Amortizações e depreciações do exercício	(44.194)	-	(44.194)	-	(921)	(921)
Ativo biológico baixado por cisão	-	(15.344)	(15.344)	-	(12.146)	(12.146)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	62.497	-	62.497	-	-	-

	Controladora					
	Circulante			Não Circulante		
	Agrícola	Rebanho	Total	Agrícola	Rebanho	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015 - Reapresentado	31.094	17.809	48.903	-	15.370	15.370
Aumento/Redução devido a tratos/plantio	24.692	(2.802)	21.890	-	1.453	1.453
Diminuição devido a vendas	-	-	-	-	(327)	(327)
Redução devido mortes	-	-	-	-	(18)	(18)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(2.737)	(848)	(3.585)	-	185	185
Amortizações e depreciações do exercício	(19.793)	-	(19.793)	-	(969)	(969)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 - Reapresentado	33.256	14.159	47.415	-	15.694	15.694
Saldo em 1º de janeiro de 2016 - Reapresentado	33.256	14.159	47.415	-	15.694	15.694
Aumento/Redução devido a tratos/plantio	33.952	1.735	35.687	-	767	767
Diminuição devido a vendas	-	-	-	-	(191)	(191)
Redução devido mortes	-	-	-	-	(10)	(10)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	7.823	(550)	7.273	-	(3.193)	(3.193)
Amortizações e depreciações do exercício	(31.884)	-	(31.884)	-	(921)	(921)
Ativo biológico baixado por cisão	-	(15.344)	(15.344)	-	(12.146)	(12.146)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	43.147	-	43.147	-	-	-

Soqueiras de cana-de-açúcar: As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Área a ser replantadas (hectares)	6.088	8.380	4.062	4.010
Custo do replantio (R\$/hectares)	6.182,64	5.694,53	6.149,76	5.118,71

Lavouras de cana-de-açúcar: As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Área estimada de colheita (hectares)	41.190	37.889	27.613	26.057
Produtividade prevista (toneladas de cana/hectare)	83,48	78,90	86,61	82,70
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/t)	125,13	128,00	125,19	128,00
Valor do kg de ATR - R\$	0,6332	0,5961	0,6510	0,6000

O ativo biológico cana-de-açúcar possui sua realização na safra 2017/2018

11. Impostos a recuperar:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
ICMS a recuperar	23.854	21.538	15.299	13.579
COFINS a recuperar	1.471	1.418	-	-
PIS a recuperar	321	310	-	-
INSS a recuperar	151	146	151	146
IRPJ a recuperar	1.043	558	1.032	553
CSSL a recuperar	387	-	387	-
Outros	67	65	-	-
	<u>27.294</u>	<u>24.035</u>	<u>16.869</u>	<u>14.278</u>
Circulante	24.682	20.518	16.518	14.075
Não circulante	2.612	3.517	351	203
	<u>27.294</u>	<u>24.035</u>	<u>16.869</u>	<u>14.278</u>

12. Outros créditos:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Indenizações a receber (1)	46.400	-	-	-
Custo de captação operações futuras	3.542	-	3.542	-
Dividendos a receber	-	-	13.733	6.386
Outros	3.533	3.075	1.853	1.083
	<u>53.475</u>	<u>3.075</u>	<u>19.128</u>	<u>7.469</u>
Circulante	6.996	2.996	19.067	7.409
Não circulante	46.479	79	61	60
	<u>53.475</u>	<u>3.075</u>	<u>19.128</u>	<u>7.469</u>

(1) Refere-se à indenização a ser recebida pela controlada Destilarias Melhoramentos S.A. no montante de R\$ 46.400 em razão da condenação da União Federal pelos prejuízos causados pela fixação de preços do setor sucroalcooleiro no período de março de 1985 a outubro de 1989, sob o argumento de que os preços fixados para o setor sucroalcooleiro, foram inferiores aos custos médios de produção apurados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA). Após a sentença ter julgado os pedidos improcedentes, o TRF deu provimento à apelação da controlada, condenando a União Federal em razão da existência de dano certo, jurídico, especial e anormal causado por ato de agentes do Poder Público. Iniciada a execução, essa teve o seu trâmite suspenso até que fossem julgados os Embargos à Execução opostos pela União Federal, que transitaram em julgado a favor da controlada durante o exercício de 2016. Tendo em vista que o montante da indenização é composto substancialmente, por juros e atualização monetária, a referida indenização foi contabilizada na rubrica receitas financeiras (Nota nº 29) no resultado do exercício em contrapartida de indenizações a receber no ativo não circulante. Os valores devidos de honorários aos advogados encontram-se contabilizados na rubrica despesas administrativas no resultado em contrapartida a outras obrigações no passivo não circulante, no montante de R\$ 4.640.

13. Ativos e passivos fiscais diferidos: a. Natureza dos tributos diferidos: Impostos diferidos de ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A Companhia contabilizou impostos diferidos sobre as seguintes diferenças temporárias e de bases:

	Impostos diferidos					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Provisão para contingências	1.220	813	-	-	1.220	813
Ativo biológico	-	-	(6.495)	(9.124)	(6.495)	(9.124)
Reserva de reavaliação	-	-	(882)	(1.527)	(882)	(1.527)
Mudança de taxa de depreciação	-	-	(29.609)	(26.195)	(29.609)	(26.195)
Depreciação acelerada	-	-	(5.909)	(5.592)	(5.909)	(5.592)
Prejuízo fiscal	13.596	21.946	-	-	13.596	21.946
Avaliação valor justo	-	-	(5.576)	(1.030)	(5.576)	(1.030)
Indenização defasagem de preço	2.311	-	(15.776)	-	(13.465)	-
Outros	29	-	(310)	(222)	(281)	(222)
Impostos líquidos	<u>17.156</u>	<u>22.759</u>	<u>(64.557)</u>	<u>(43.690)</u>	<u>(47.401)</u>	<u>(20.931)</u>

	Impostos diferidos					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Provisão para contingências	1.043	692	-	-	1.043	692
Ativo biológico	-	-	(4.346)	(7.250)	(4.346)	(7.250)
Mudança de taxa de depreciação	-	-	(2.410)	(2.068)	(2.410)	(2.068)
Depreciação acelerada	-	-	(5.909)	(5.592)	(5.909)	(5.592)
Prejuízo fiscal	12.146	15.997	-	-	12.146	15.997
Ajuste de avaliação a valor justo	-	-	(4.546)	-	(4.546)	-
Impostos líquidos	<u>13.189</u>	<u>16.689</u>	<u>(17.211)</u>	<u>(14.910)</u>	<u>(4.022)</u>	<u>1.779</u>

b. Composição do imposto de renda e contribuição social do resultado do exercício:

	Compensado com				Patrimônio	
	2014 Resultado	2015 Resultado	2014 Resultado	2015 Resultado	líquido	2016
Provisão para contingências	859	(46)	-	813	407	1.220

☆ continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de Reais)

14. Investimentos:

	Controladora	
	2016	2015
	(Reapresentado)	
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
Destilarias Melhoramentos S.A.	260.314	217.470
Companhia Melhoramentos Nova Londrina	51.146	56.239
CMNP Imobiliária Ltda.....	26.825	20.295
	338.285	294.004

31 de dezembro de 2015 - (Reapresentado)

	Participação direta	Quantidade de ações/ Total de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	patrimonial
Destilarias									
Melhoramentos S.A. (incorporada).....	99,99%	-	-	-	-	-	-	-	4.261
Companhia									
Melhoramentos Nova Londrina.....	99,99%	6.318.199.382	97.620	97.620	56.240	30.887	(34.548)	(3.661)	(3.662)
Destilarias									
Melhoramentos S.A. 99,89%		3.522	396.300	396.300	218.209	400.422	(355.575)	44.847	44.796
CMNP Imobiliária Ltda.....	99,73%	19.198.418	20.872	20.872	20.349	170	1.904	2.074	2.068
									47.463

31 de dezembro de 2016

	Participação direta	Quantidade de ações/ Total de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	patrimonial
Companhia									
Melhoramentos Nova Londrina.....	99,99%	6.318.199.382	108.904	108.904	51.146	43.507	48.599	(5.092)	(5.092)
Destilarias									
Melhoramentos S.A. 99,89%		3.522	466.209	466.209	266.343	444.351	(378.154)	66.197	66.121
CMNP Imobiliária Ltda.....	99,77%	20.907.882	28.451	28.451	26.887	4.073	(257)	4.330	4.319
									65.348

Outras informações relevantes sobre os investimentos: As demonstrações financeiras das controladas foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da Companhia. A Companhia prestou avais para a controlada Destilarias Melhoramentos S.A. nos contratos regulamentares de safra com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo.

15. Outros investimentos:

	2016	2015
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
Centro de Tecnologia Canavieira - CTC (a).....	3.543	3.511
Copersucar S.A. (b)	5.845	2.605
Outros investimentos	1.492	1.480
	10.880	7.596

(a) Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Destilarias Melhoramentos S.A. possui saldo de R\$ 3.511 referente a 1.782 ações do CTC atualizadas ao seu valor justo com base em operação de venda de novas ações emitidas pela investida junto a terceiros no valor de R\$ 1.970,39 por ação. (b) De acordo com o CPC 38 - Instrumentos financeiros, a Controlada Destilarias Melhoramentos S.A., avaliou seu investimento na Copersucar S.A., pelo custo, uma vez que o valor justo não podia ser mensurado confiavelmente. Durante o exercício de 2016, a Controlada adquiriu 10.602.433 ações da Copersucar S.A. que encontravam-se em tesouraria, no montante de R\$ 3.247.

Controladora

	2016	2015
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
Outros investimentos	137	135
	137	135

16. Propriedade para investimentos: Refere-se a diversos lotes urbanos localizados em pontos estratégicos do Município de Cianorte, Estado do Paraná, que estavam classificados como estoques no ativo não circulante e foram transferidos para a rubrica propriedade para investimentos, com objetivo de valorização do capital ao longo do tempo, passando a mensuração ser pelo seu valor justo, conforme parecer de avaliação a valor justo para fins de determinação dos ativos registrados como Propriedade para Investimentos, emitido por empresa especializada. Os lotes urbanos foram valorizados pelo método comparativo de dados de mercado e características. O critério adotado foi o da comparação entre eventos similares localizados na mesma região onde se encontram os lotes em questão. Os valores apresentados representam o valor justo, que é o valor pela qual um ativo pode ser negociado. A Administração não tem interesse em disponibilizar tais terrenos para venda no período de pelo menos 5 anos. O valor de custo dos lotes transferidos foi de R\$ 443 e o valor justo apurado no laudo foi de R\$ 13.813. O ajuste a valor justo contabilizado no resultado foi de R\$ 13.370 conforme nota explicativa 27.

17. Imobilizado: a. Consolidado:

	Construções e instalações		Equipamentos			Culturas permanentes	Lavoura de cana	Imobilizado em andamento	Total	
	Terras	Escritório	Transporte	Técnicos	Agrícolas e pastores					
Saldos em 31 de dezembro de 2014.	13.656	36.870	3.757	14.399	166.757	25.616	2.887	134.037	3.078	401.057
Aquisições	3	73	637	1.870	5.063	3.960	809	36.030	6.750	55.195
Transferências	-(1.460)	56	104	3.915	40	-	-	-	(2.655)	-
Baixas	-(30)	(36)	(695)	(28)	(517)	-	-	-	-	(1.306)
Depreciação..	-(613)	(930)	(3.041)	(12.520)	(4.964)	(470)	(26.862)	-	-	(49.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2015.	13.659	34.840	3.484	12.637	163.187	24.135	3.226	143.205	7.173	405.546
Custo total.....	13.659	49.541	11.104	27.301	254.570	73.596	10.888	279.476	7.173	727.308
Depreciação acumulada ..	-	(14.701)	(7.620)	(14.664)	(91.383)	(49.461)	(7.662)	(136.271)	-	(321.762)
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2015	13.659	34.840	3.484	12.637	163.187	24.135	3.226	143.205	7.173	405.546
Aquisições	441	4.463	903	9.841	7.192	12.368	-	33.312	2.557	71.077
Imobilizado baixado por cisão.....	(791)	(5.680)	(302)	(463)	-(7.062)	(10.148)	-	(803)	(25.249)	-
Transferências	430	1.941	341	(5.413)	2.593	996	1	-	(889)	-
Baixas	-(273)	(470)	(522)	(85)	(304)	-	-	-	-	(1.654)
Depreciação..	-(1.435)	(944)	(2.579)	(12.363)	(5.719)	(490)	(33.674)	-	-	(57.204)
Depreciação baixada por cisão.....	-	697	169	130	4.049	7.611	-	-	-	12.656
Saldos em 31 de dezembro de 2016.	13.739	34.553	3.181	13.631	160.524	28.463	200	142.843	8.038	405.172
Custo total.....	13.739	49.728	11.149	26.385	264.889	66.424	741	312.787	8.038	753.880
Depreciação acumulada ..	-	(15.175)	(7.968)	(12.754)	(104.365)	(37.961)	(541)	(169.944)	-	(348.708)
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2016	13.739	34.553	3.181	13.631	160.524	28.463	200	142.843	8.038	405.172

b. Controladora:

	Construções e instalações		Equipamentos			Culturas permanentes	Lavoura de cana	Imobilizado em andamento	Total
	Terras	Escritório	Transporte	Agrícolas e pastores					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.510	2.748	1.458	7.412	21.510	2.887	81.797	815	122.137
Aquisições	3	-	141	1.163	3.548	809	20.092	557	26.313
Baixas	-(30)	(1)	(147)	(217)	-	-	-	-	(395)
Depreciação.....	-(205)	(360)	(1.910)	(4.178)	(470)	(16.934)	-	-	(24.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.513	2.513	1.238	6.518	20.663	3.226	84.955	1.372	123.998
Custo total.....	3.513	5.073	6.289	18.673	67.071	10.888	211.298	1.372	324.177
Depreciação acumulada	-	(2.560)	(5.051)	(12.155)	(46.408)	(7.662)	(126.343)	-	(200.179)
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2015	3.513	2.513	1.238	6.518	20.663	3.226	84.955	1.372	123.998
Aquisições	441	4.450	336	3.011	7.695	-	14.830	476	31.239
Imobilizado baixado por cisão.....	(791)	(5.680)	(302)	(463)	(7.062)	(10.148)	-	(803)	(25.249)
Transferências.....	63	684	64	-	163	1	-	-	(975)
Baixas	-(273)	-	(252)	(85)	-	-	-	-	(610)
Depreciação.....	-(176)	(324)	(1.843)	(4.545)	(490)	(19.875)	-	-	(27.253)
Depreciação baixada por cisão.....	-	697	169	130	4.049	7.611	-	-	12.656
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.226	2.215	1.181	7.101	20.878	200	79.910	70	114.781
Custo total.....	3.226	3.902	6.096	16.957	55.410	741	226.127	70	312.529
Depreciação acumulada	-	(1.687)	(4.915)	(9.856)	(34.532)	(541)	(146.217)	-	(197.748)
Valor líquido contábil	3.226	2.215	1.181	7.101	20.878	200	79.910	70	114.781

A Companhia possui imóveis cedidos em operações contratadas pela própria Companhia no montante de R\$ 11.452 (R\$ 206.184 em 2015). **Garantia:** Os bens do ativo imobilizado foram concedidos em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 19. **Análise do valor de recuperação:** De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2016 os indicadores e concluiu não haver necessidade de determinação do valor recuperável.

18. Fornecedores:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores a pagar a partes relacionadas - Nota 22	-	-	20	39
Fornecedores a pagar a terceiros	39.888	35.351	13.879	13.652
	39.888	35.351	13.899	13.691
Circulante	39.875	35.351	13.899	13.691
Não Circulante	13	-	-	-
	39.888	35.351	13.899	13.691

19. Empréstimos e financiamentos: Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Nota Explicativa nº 25 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Passivo circulante				
Debêntures	-	17.616	-	17.616
Capital de giro.....	200.852	41.489	181.718	23.678
FINAME	15.805	13.545	6.120	5.578
Custeio agrícola.....	10.991	10.916	10.991	10.916
Leasing	1.655	463	997	271
Cédula de crédito bancário (CDC-P.J.)	583	988	214	-
	229.886	85.017	200.040	58.059
Passivo não circulante				
Debêntures	-	143.519	-	143.519
Capital de giro.....	57.073	79.122	41.547	44.622
FINAME	24.978	27.221	6.739	6.703
Custeio agrícola.....	15.684	26.012	15.684	26.012
Leasing	350	515	200	286
Cédula de crédito bancário (CDC-P.J.)	276	247	252	-
	98.361	276.636	64.422	221.142
	328.247	361.653	264.462	279.201

As operações de empréstimos e financiamentos das controladas Destilarias Melhoramentos S.A. e Companhia Melhoramentos Nova Londrina estão garantidas por aval da Controladora e da empresa ligada CMNP Imobiliária Ltda., alienação fiduciária dos bens objeto dos financiamentos, aval da Diretoria, Cessão de Direitos Creditórios da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e de Alcool do Estado de São Paulo, Carta de Fiança e notas promissórias. As operações de empréstimos e financiamentos da Controladora estão garantidas por hipoteca e/ou alienação fiduciária de imóveis e penhor agrícola de cana-de-açúcar da Companhia, aval das controladas Destilarias Melhoramentos S.A., Companhia Melhoramentos Nova Londrina, CMNP Imobiliária Ltda. e da Controladora final Caiuá Participações Ltda., alienação fiduciária dos bens objeto dos financiamentos, aval da Diretoria e Cessão de Direitos Creditórios da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e de Alcool do Estado de São Paulo, da Controlada Destilarias Melhoramentos S.A. As operações de debêntures da Controladora no montante de R\$ 160.000 contratada junto às Instituições Financeiras Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Votorantim S.A. e Banco do Brasil S.A., foram liquidadas antecipadamente em 21 de dezembro de 2016, através de recursos captados junto ao Itaú Unibanco S.A. e ao Banco Santander (Brasil) S.A. Os recursos ora captados no montante de R\$ 160.000 tem vencimento para o mês de fevereiro de 2017. A administração da Controladora juntamente com as instituições financeiras parceiras estão em fase final da estruturação de nova operação de longo prazo no montante de até R\$ 190.000, visando ao alongamento da dívida e a redução da taxa de juros, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Em 31 de dezembro de 2016 todos os indicadores foram cumpridos. As taxas de financiamentos e os prazos de vencimentos das operações estão assim distribuídos:

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2016		2015	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures.....	R\$	CDI e Taxa Pré-fixada	17,63%	2019	-	-	161.135	161.135
Capital de giro ...	R\$	CDI e Taxa Pré-fixada	17,87%	2017 a 2021	257.925	257.925	120.611	120.611
		TJLP, SELIC e						
FINAME	R\$	Taxa Pré-fixada	6,19%	2017 a 2024	40.783	40.783	40.766	40.766
Custeio agrícola R\$		TJLP e Taxa Pré-fixada	10,00%	2017 a 2020	26.675	26.675	36.928	36.928
Leasing	R\$	Taxa pré-fixada	19,75%	2018	2.005	2.005	978	978
Cédula de crédito bancário	R\$	Taxa pré-fixada	18,52%	2018	859	859	1.235	1.235
					328.247	328.247	361.653	361.653
Controladora:								
Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2016		2015	
Debêntures.....	R\$	CDI e Taxa Pré-fixada	17,63%	2019	-	-	161.135	161.135
Capital de giro ...	R\$	CDI e Taxa Pré-fixada	17,78%	2017 a 2021	223.265	223.265	68.300	68.300
		TJLP, SELIC e						
FINAME	R\$	Taxa Pré-fixada	7,27%	2018 a 2022	12.859	12.859	12.281	12.281
Custeio agrícola R\$		TJLP e Taxa Pré-fixada	10,00%	2018 a 2020	26.675	26.675	36.928	36.928

—☆— continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná** (Em milhares de Reais)

com a Companhia e companhias relacionadas às quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
Contas a receber de Clientes - nota 7				
Destilarias Melhoramentos S/A.....	—	—	4	289
Outros créditos - nota 12				
Destilarias Melhoramentos S/A.....	—	—	12.711	6.474
CMNP Imobiliária Ltda.....	—	—	1.026	—
Companhia Melhoramentos Nova Londrina.....	—	—	16	48
	—	—	13.753	6.522
Ativo não circulante				
Contratos de Mútuo				
Caiuá Participações Ltda.....	—	29.046	—	29.046
Passivo Circulante				
Fornecedores - nota 18				
Destilarias Melhoramentos S/A.....	—	—	20	39
Adiantamento de Clientes				
Destilarias Melhoramentos S/A.....	—	—	70.732	56.645
Outras obrigações				
Destilarias Melhoramentos S/A.....	—	—	7	9
Companhia Melhoramentos Nova Londrina.....	—	—	4	4
	—	—	11	13
Dividendos a pagar				
Caiuá Participações Ltda.....	12.587	6.486	12.587	6.486

d. Transações:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Venda de cana-de-açúcar.....	143.669	92.635	143.669	92.635
Variação monetária e juros sobre mútuos.....	732	6.104	732	6.104

As operações com partes relacionadas resumem-se a venda de cana-de-açúcar pela Companhia para a controlada Destilarias Melhoramentos S.A. realizada em condições normais de mercado. Conforme previsto no CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, a controladora da Companhia é a Caiuá Participações Ltda. que detém 90,90% das ações que representam o seu capital social. **e. Garantias prestadas:** Em 31 de dezembro de 2016, os valores que a Companhia e suas controladas possuíam de garantias, avais e fianças prestadas para empresas ligadas, podem ser assim sumarizados:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.....	136.269	149.490	136.269	149.490
Companhia Melhoramentos Nova Londrina.....	192.977	198.097	192.977	198.097
Destilarias Melhoramentos S.A.....	243.946	263.080	243.946	263.080
CMNP Imobiliária Ltda.....	218.770	213.405	218.770	213.405

23. Garantias prestadas a terceiros: Em 31 de dezembro de 2016, os valores que a Companhia e suas controladas possuíam em garantias, avais e fianças prestadas para terceiros, podem ser assim sumarizados:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga.....	2.447	2.939	2.447	2.939

24. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social está representado por 403.374.709 (480.772.668 em 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Durante o mês de dezembro de 2016, foi deliberado pelos acionistas a redução de capital no montante de R\$ 36.095 com o consequente cancelamento de 73.397.959 ações, referente a cisão parcial ocorrida na Companhia, conforme nota nº 1. Nos termos do artigo 199 da Lei nº 6.404/76, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital. A proposta da administração é de aumentar o capital social através de capitalização de reserva estatutária operacional, assunto que será deliberado na próxima Assembleia Geral dos Acionistas a ser realizada até o final do mês de abril de 2017. **Reserva legal:** É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, a constituição de reserva legal foi de R\$ 17 até atingir o limite de 20% do capital social. **Reserva estatutária operacional:** Refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro líquido do exercício a fim de assegurar investimentos em bens do ativo imobilizado, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucros vinculadas ao orçamento de capital em observância ao artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo não poderá ultrapassar a 90% do capital social. Durante o exercício de 2016, a companhia distribuiu a importância de R\$ 26.573 a título de dividendos por conta da reserva estatutária operacional. Os impactos da aplicação da adoção das modificações do CPC's 27 e 29 foram contabilizadas nesta reserva. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da reserva estatutária operacional ultrapassou a 90% do capital social, conforme previsto no artigo 22 parágrafo 3º do Estatuto Social e excesso de reservas sobre o capital conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76. A proposta da administração é de aumentar o capital social através de capitalização da reserva estatutária operacional, assunto que será deliberado na próxima Assembleia Geral dos Acionistas a ser realizada até o final do mês de abril de 2017. **Reserva de reavaliação reflexa:** Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado das controladas, efetuada em 2006 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, correspondendo à contrapartida do novo valor de custo atribuído a esses bens, conforme faculta o item 38(a) do Pronunciamento Técnico CPC 13. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados das controladas contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. **Reservas de lucros a realizar:** Constituída com base no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, referente a dividendos sobre parcela dos lucros não realizados em exercícios anteriores. Durante o exercício de 2016, a companhia distribuiu a importância de R\$ 6.428 a título de dividendos por conta da reserva de lucros a realizar. **Dividendos:** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Lucro do exercício.....	66.477	25.816	66.477	25.816
(-) Constituição de reserva legal.....	17	2.001	17	2.001
(+) Reavaliação reflexa.....	926	518	926	518
(-) Lucro líquido ajustado.....	67.386	24.333	67.386	24.333
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado.....	25,00%	39,59%	25,00%	39,59%
Dividendo mínimo obrigatório - 25%.....	16.847	9.634	16.847	9.634
(-) Dividendos antecipados.....	3.000	2.500	3.000	2.500
(=) Dividendos a pagar.....	13.847	7.134	13.847	7.134

Participação dos administradores nos lucros: De acordo com o artigo 152 da Lei nº 6.404/76 os Acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 07 de março de 2016, atribuíram aos administradores participação no lucro no montante de R\$ 2.525. **25. Instrumentos financeiros: Gestão de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital de cada Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco: Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. A Companhia tem como maior cliente a parte relacionada Destilarias Melhoramentos S.A., cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, cujo desempenho agregado à política da cooperativa mitiga o risco de crédito. A gestão dos demais riscos é sustentada na avaliação dos clientes, na sua maioria *Tradings* e Cooperativas, localizadas próximas das unidades produtoras. Esta avaliação é criteriosa e leva em consideração o histórico e o relacionamento comercial e financeiro com o cliente. Caso alguma negociação venha a oferecer margem para a existência de risco, a negociação é feita à vista, com autorização para entrega dos produtos após confirmação do crédito. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas. **Risco de mercado:** Os empréstimos contratados pela Companhia são em moeda nacional, não ficando expostos a risco de câmbio ou instabilidade internacional. A maior parte da receita da Companhia é proveniente da cana-de-açúcar. Portanto a estratégia adotada para a equalização da flutuação dos preços, é baseada no controle dos custos, visando minimizar os possíveis impactos decorrentes da oferta e demanda do produto final etanol, no mercado interno, e destas *commodities* no mercado externo, bem como dos fatores climáticos. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas. **Risco de moeda:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional das entidades da Companhia. **Risco operacional:** Com o objetivo de implementar controles e gerar resultados, a Companhia, baseada em indicadores de desempenho define as responsabilidades operacionais e monitora as diversas áreas, priorizando produtividade, segurança, respeito ao meio ambiente e lucratividade, agregados ao desenvolvimento de habilidades e capacitação de seus colaboradores. Este conjunto de valores permite que a gestão operacional da Companhia maximize os resultados pretendidos. Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o

desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Em 2016 e 2015 a Companhia e suas controladas não contrataram operações consideradas como sendo instrumentos financeiros derivativos. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2016, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

Consolidado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	
		2016	2015
Ativos	Nota		
Caixa e equivalentes de caixa.....	6	21.041	21.041
Aplicações financeiras.....	6	13.834	13.834
Contas a receber de clientes.....	7	10.939	10.939
Adiantamento a fornecedores.....	—	2.472	3.374
Contas-correntes - Cooperativa.....	8	23.141	23.141
Contrato - mútuos.....	22	—	29.046
Outros investimentos.....	15	10.880	7.596
Outros créditos.....	—	53.475	3.075
		124.902	135.782
		10.880	173.419

Passivos	Nota	Outros passivos	
		2016	2015
Fornecedores.....	18	39.888	39.888
Empréstimos e financiamentos.....	19	328.247	328.247
Financiamentos - Cooperativa.....	20	44.322	39.375
Adiantamento de clientes.....	22	34	26
Outras obrigações.....	—	9.523	4.248
		422.014	440.653

Controladora	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	
		2016	2015
Ativos	Nota		
Caixa e equivalentes de caixa.....	6	16.309	16.309
Aplicações financeiras.....	6	8.762	7.842
Contas a receber de clientes.....	7	8.068	10.589
Adiantamento a fornecedores.....	—	35	31
Contrato - mútuos.....	22	—	29.046
Outros créditos.....	—	19.128	7.469
Outros investimentos.....	15	137	135
		52.302	93.880
		137	350.043

Passivos	Nota	Outros passivos	
		2016	2015
Fornecedores.....	18	13.899	13.691
Empréstimos e financiamentos.....	19	264.462	279.201
Adiantamento de clientes.....	22	70.732	56.670
Outras obrigações.....	—	631	481
		349.724	350.043

Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa.....	21.041	21.041	16.309	16.309
Aplicações financeiras.....	13.834	13.834	8.762	7.842
Contas a receber de clientes.....	10.939	10.939	8.068	10.589
Conta-corrente Cooperativa.....	23.141	18.783	—	—
Contrato - Mútuo.....	—	29.046	—	29.046
Outros créditos.....	53.475	3.075	19.128	7.469
	122.430	162.449	52.267	93.714

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco. **Risco de mercado:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados e adquiridos pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia.

Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo.

Análise de sensibilidade: A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação e de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2016. Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

Análise de sensibilidade - Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa	Incremento	Taxa	Deterioração	Incremento	Deterioração
Aplicações Financeiras							
Aplicações financeiras . CDI	34.626	13,43%	4.650	16,79%	5.812	10,07%	3.487
Empréstimos e Financiamentos							
Capital de giro CDI	257.926	13,63%	35.155	17,04%	43.944	10,22%	26.366
Finame..... TJLP	4.789	7,50%	359	9,38%	449	5,63%	269
Finame..... SELIC	1.090	13,75%	150	17,19%	187	10,31%	112
Custeio agrícola..... TJLP	28.904	7,50%	2.168	9,38%	2.710	5,63%	1.626
Custeio agrícola..... CDI	8.024	13,63%	1.094	17,04%	1.367	10,22%	820
Leasing..... CDI	151	13,63%	21	17,04%	26	10,22%	15
	300.884		38.947		48.683		29.208
Efeito Líquido.....	266.258		34.297		42.871		25.721

Análise de sensibilidade - Controladora	Saldo em 31/12/2016	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa	Incremento	Taxa	Deterioração	Incremento	Deterioração
Aplicações Financeiras							
Aplicações financeiras . CDI	24.946	13,33%	3.325	16,66%	4.156	10,00%	2.494
Empréstimos e Financiamentos							
Capital de giro CDI	223.265	13,63%	30.431	17,04%	38.039	10,22%	22.823
Finame..... TJLP	724	7,50%	54	9,38%	68	5,63%	41
Finame..... SELIC	1.063	13,75%	146	17,19%	183	10,31%	110
Custeio agrícola..... TJLP	20.344	7,50%	1.526	9,38%	1.907	5,63%	1.144
Custeio agrícola..... CDI	6.332	13,63%	863	17,04%	1.079	10,22%	647
	251.728		33.020		41.276		24.765
Efeito Líquido.....	226.782		29.695		37.120		22.271

As operações de Capital de Giro estão atreladas à variação da taxa de juros pós-fixada CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou a taxa vigente no último dia da apuração das demonstrações financeiras, para o Cenário I. Para o Cenário II aplicou-se o incremento e a deterioração em 25% e para o Cenário III em 50%, somente na parcela variável (CDI) das taxas contratadas. Para as operações de Finame atreladas à variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo a Companhia adotou a taxa vigente no último dia da apuração das demonstrações financeiras, e efetuou os cálculos de acordo com a condição contratual, onde a parcela excedente a 6% ao ano, será capitalizada da seguinte maneira: $[(1 + TJLP)/1,06]^{360}$, somente sobre a parcela exposta à variação da TJLP. Desta forma o efeito dos incrementos de 25% e 50% são de 3,183962% e 4,952830% ao ano, respectivamente. Parte das operações de FINAME está atrelada à variação da taxa de juros pós-fixada SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou a taxa vigente no último dia da apuração das demonstrações financeiras, para o Cenário I. Para o Cenário II aplicou-se o incremento e a deterioração em 25% e para o Cenário III em 50%, somente na parcela variável (SELIC) das taxas contratadas. **Risco de taxa de juros:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Consolidado	Valor contábil	
	2016	2015
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa.....	21.041	92.637
	21.041	92.637

Instrumentos de taxa fixa	Valor contábil	
	2016	2015
Passivos financeiros		
Financiamentos bancários.....	328.247	361.653
	328.247	361.653

—☆— continua

☆ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de Reais)**

Valor justo: Valor justo versus valor contábil: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Valor justo Consolidado Ativos	2016	
	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa.....	21.041	21.041
Aplicações financeiras.....	13.834	13.834
Contas a receber de clientes.....	10.939	10.939
Adiantamento a fornecedores.....	2.472	2.472
Conta-corrente Cooperativa.....	23.141	23.141
Outros créditos.....	53.475	53.475
Passivos		
Fornecedores.....	39.888	39.888
Empréstimos e financiamentos.....	328.247	328.247
Financiamentos - Cooperativa.....	44.322	44.322
Adiantamento de clientes.....	34	34
Outras obrigações.....	9.523	9.523

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, a administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas, o valor contábil reflete o valor de liquidação. **Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativos	Valor contábil em 31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e equivalentes de caixa.....	21.041	21.041	-	-
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa.....	92.637	92.637	-	-

Gerenciamento do capital: A Companhia geriu seus investimentos em capital para certificar que a entidade tenha assegurada sua continuidade desde um ponto de vista de situação patrimonial maximizando a rentabilidade dos acionistas através da otimização da estrutura de patrimônio e recursos de terceiros no passivo dos respectivos balanços. A gestão do capital é focada no incremento do valor do negócio a longo prazo tanto para os acionistas e investidores, como para empregados e clientes. O objetivo é a consecução constante e sustentável de seus resultados através de crescimento orgânico. Para este propósito é necessário por um lado o equilíbrio nos negócios com um controle sobre os riscos financeiros, combinado com o grau de flexibilidade financeira requerida para alcançar tais objetivos. A Companhia busca gerir seus recursos a fim de assegurar adequada remuneração de seu capital e equilíbrio financeiro. Para tal é realizado o planejamento e controle financeiro, analisando-se investimentos, despesas, receitas, resultados, dívidas, entre outras variáveis. Neste controle, destacam-se os seguintes indicadores para análise e decisão acerca da gestão de capital. A Companhia gerencia os seguintes indicadores financeiros:

EBITDA Consolidado - ajustado (i)	2016		2015	
	Resultado antes dos impostos.....	116.102	39.952	
Ajustes				
Resultado financeiro líquido.....	13.728	48.258		
Mudança de valor justo de ativo biológico.....	(4.889)	2.345		
Depreciação e amortizações.....	102.319	78.001		
Provisão para contingências.....	1.156	59		
Dividendos recebidos.....	(4)	-		
Ganho não realizado em operações com controladas.....	5.536	-		
Avaliação valor justo propriedade para investimento.....	(13.370)	-		
Despesas sobre indenização defasagem de preço.....	6.798	-		
	227.376	168.615		

Dívida Líquida	2016		2015	
	Empréstimos e financiamentos.....	328.247	361.653	
Financiamentos - Cooperativa.....	44.322	39.375		
Total Dívida.....	372.569	401.028		
(-) Caixa e equivalentes de caixa.....	(21.041)	(92.637)		
(-) Aplicações financeiras.....	(13.834)	(7.842)		
Dívida Líquida.....	337.694	300.549		
Dívida líquida/EBITDA.....	1,49	1,78		

(i) **EBITDA ajustado:** lucro operacional antes de juros, tributos, amortizações de plantio e tratos culturais da cana-de-açúcar e demais amortizações e depreciações.

26. Receita operacional líquida:	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Venda de produtos industriais.....	465.010	435.559	-	-
Venda de produtos agropecuários.....	15.777	20.160	159.305	112.720
Venda de imóveis.....	12.212	5.545	7.945	5.369
Vendas diversas.....	259	332	200	244
(-) Deduções sobre vendas.....	(28.005)	(17.673)	(5.849)	(4.485)
	465.253	443.923	161.601	113.848

Administração	Marcelo Fernandes de Oliveira Contador - CRC 1SP 148.350/O-6
O Conselho Consultivo	A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas individuais e consolidadas para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

27. Outros resultados operacionais:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ajuste de avaliação a valor justo (i).....	13.370	-	13.370	-
Outras receitas - Cooperativa.....	2.957	3.822	-	-
Indenização de seguros.....	32	843	32	266
Resultado na baixa de ativo imobilizado.....	1.070	793	1.162	757
Outros resultados operacionais.....	985	567	366	421
Recuperação de despesas.....	174	117	172	117
Reversão de provisões.....	130	40	126	10
	18.718	6.182	15.228	1.571

(i) Refere-se ao ajuste de avaliação a valor justo de diversos lotes urbanos localizados em pontos estratégicos do Município de Cianorte, Estado do Paraná, que estavam classificados como estoques no ativo não circulante e foram transferidos para a rubrica propriedade para investimentos, com objetivo de valorização do capital ao longo do tempo, conforme nota nº 16.

28. Despesas por natureza:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Depreciação e amortização.....	102.318	80.907		
Despesas com pessoal.....	50.067	49.349		
Custo dos produtos, exceto fretes, transbordo e armazenagem.....	178.671	208.535		
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque.....	1.140	3.077		
Outras despesas.....	26.838	17.682		
	359.034	359.550		

Classificado como:

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados.....	306.351	314.502
Administrativas e gerais.....	51.543	41.974
Despesas com vendas.....	1.140	3.074
	359.034	359.550

Controladora

	2016	2015
Depreciação e amortização.....	60.058	48.138
Despesas com pessoal.....	15.660	13.164
Custo dos produtos, exceto fretes, transbordo e armazenagem.....	35.105	36.897
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque.....	406	202
Outras despesas.....	9.704	8.812
	120.933	107.213

Classificado como:

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados.....	102.938	90.234
Administrativas e gerais.....	17.589	16.777
Despesas com vendas.....	406	202
	120.933	107.213

29. Financeiras líquidas:

Consolidado	2016		2015	
	Juros ativos (1).....	33.458	6.158	
Rendimento de aplicações financeiras.....	7.252	5.383		
Receita financeira - Cooperativa.....	738	5.064		
Variações monetárias diversas (1).....	14.106	1.458		
Outras receitas financeiras.....	631	810		
Receita financeira.....	56.185	18.873		
Despesa de juros sobre passivos financeiros.....	(58.181)	(51.678)		
Despesas financeiras - Cooperativa.....	(1.009)	(6.460)		
Custo captação debêntures.....	(4.256)	(114)		
Outras despesas.....	(6.467)	(8.879)		
Despesas financeiras.....	(69.913)	(67.131)		
Financeiras líquidas.....	(13.728)	(48.258)		

Controladora

	2016	2015
Juros ativos.....	848	5.891
Rendimento de aplicações financeiras.....	2.952	990
Variações monetárias diversas.....	13	417
Outras receitas financeiras.....	547	672
Receita financeira.....	4.360	7.970
Despesa de juros sobre passivos financeiros.....	(44.489)	(40.571)
Custo captação debêntures.....	(4.256)	(1.669)
Outras despesas.....	(4.369)	(2.249)
Despesas financeiras.....	(53.114)	(44.489)
Financeiras líquidas.....	(48.754)	(36.519)

(1) Os efeitos nas rubricas de juros ativos e variações monetárias diversas no montante de R\$ 46.400, referem-se à indenização a ser recebida pela Controlada Destilarias Melhoramentos S.A. referente a condenação da União Federal pelos prejuízos causados pela fixação de preços do setor sucroalcooleiro no período de março de 1985 a outubro de 1989, conforme já mencionado na nota nº 12. **30. Compromissos: Compromisso de fornecimento etanol:** A controlada Destilarias Melhoramentos S.A., possui contrato de exclusividade de fornecimento de etanol junto à Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de 3 anos safra, sendo o contrato renovado a cada safra. A controlada também é interveniente garantidora das operações de venda de etanol correspondente ao contrato firmado pela Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo junto à Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores ESALQ para os mercados interno e externo.

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de janeiro de 2017
Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Guajará S/A. Empreendimentos Imobiliários

CNPJ N 55.472.146/0001-21
Edital de Convocação

Ficam os Srs. Acionistas desta sociedade, convidados a se reunirem, para a Assembleia Extraordinária, em Fevereiro, dia 15/02/2017, às 10:30 hs, na Alameda Casa Branca, nº 35, 20º andar, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Ciência da decisão judicial de demanda em curso; b) Estudo e aprovação de medidas para solucionar o problema mencionado no item a; c) Outros assuntos afins. São Paulo, 06/02/2017. (07, 08 e 09/02/2017)

Brasilinterpart Intermediações e Participações S/A

CNPJ nº 51.559.029/0001-49 – NIRE 35.300.004.612
Edital de Convocação – AGE

Ficam os Senhores Acionistas, na forma da Lei, convocados para a Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 14 de fevereiro de 2017, às 11:30 horas, na sede social, à rua Marconi 23, 6º andar, salas 1 e 2, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Eleição da Diretoria; b) Exame e eventual aprovação das contas relativas aos exercícios sociais de 2014 e 2015, conforme balanço publicado no Diário Oficial em 24 de dezembro de 2016 e Diário de Notícias em 27 de dezembro de 2016; c) outros assuntos de interesse social. São Paulo, 02.02.2017 – Wilson Mendes Caldeira – Diretor Presidente (3, 4, 7)

Brasilcompart Comércio e Participações S/A

CNPJ nº 50.640.853/0001-66 – NIRE 35.300.003.675
Edital de Convocação – AGE

Ficam os Senhores Acionistas, na forma da Lei, convocados para a Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 14 de fevereiro de 2017, às 11:00 horas, na sede social, à rua Marconi 23, 6º andar, salas 1 e 2, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Eleição da Diretoria; b) Exame e eventual aprovação das contas relativas aos exercícios sociais de 2014 e 2015, conforme balanço publicado no Diário Oficial em 24 de dezembro de 2016 e Diário de Notícias em 27 de dezembro de 2016; c) outros assuntos de interesse social. São Paulo, 02.02.2017 – Wilson Mendes Caldeira – Diretor Presidente (3, 4, 7)